

PRODUÇÃO E SIGNIFICAÇÃO DA VIDA NO TURBILHÃO DA METRÓPOLE

*João Décio Passos**

Resumo

As reflexões que seguem têm como objeto a metrópole. Busca as causas e os resultados do processo de racionalização do tempo e do espaço nos grandes aglomerados humanos. Têm como eixo teórico a dialética ou a contradição que sustenta e processa a produção, socialização e significação da vida na grande cidade. A metrópole é estruturada pela contradição na apropriação-expropriação do mesmo espaço e as culturas que aí se vão processando resultam e retratam em suas dinâmicas e significados a mesma dialética.

Palavras-chave

Metrópole, Segregação, Cultura, Culturas urbanas.

Introdução

A cidade é o lugar onde a maioria da população atual do planeta está vivendo. Talvez seja, para o homem civili-

* João Décio Passos é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP e professor da Faculdade São Luís e da PUC-SP.

zado, o que foi a casa para o camponês tempos atrás, lugar onde se produz subsistência e sentido, e se é produzido. Marx, pensando em termos de produção, afirma que a cidade ocupa o lugar antes ocupado pela terra: diríamos hoje que é o lugar onde se produz e se dita as regras da produção, tanto para a indústria que aí se localiza, quanto para a produção rural com as novas tecnologias e insumos e os ditames mercadológicos, que fazem circular seus produtos. Em tempos de globalização, o que se generaliza é, de fato, o urbano com seu *modus vivendi* e meios científico-técnicos modernos.

A metrópole está se dissolvendo. *Nesse momento, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento (...) e os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se funcionalmente centrais* (Santos, 1999:154). Os últimos efeitos de tudo isto para o comportamento humano, em geral, estão, por certo, ainda em gestação e mesmo por virem. O fato é que novos modos de viver, de compreender e significar a vida estão sendo postos diante de nós e nos deixam, muitas vezes, perplexos ante o turbilhão do ineditismo de visões e práticas, que muitas vezes oscilam entre o mais novo e o mais antigo, o certo e o incerto, o dogmático e o cético, o igual e o diferente.

Poderemos viver juntos? Pergunta Tourraine, inquieto com a configuração sociocultural contraditória em nossos dias de “desmodernização”, em que se chocam diferença e igualdade, e nos sufocam a hegemonia de uma globalização implacável e a intransigência autoritária das diferenças emergentes. *Das ruínas das sociedades modernas e de suas instituições, analisa o sociólogo, saem, por um lado redes globais de produção, de consumo e de comunicação e, por outro lado, uma volta à comunidade* (Touraine, 1999:10). Temos, de fato, vivido na metrópole a dinâmica do simultâneo e do paralelo paradoxalmente misturados com o massificante, seja no nível dos valores e significados, que são produzidos, seja na sua própria produção que trabalha com o ontem e com o hoje. Lefebvre bem caracterizou a cidade como uma espécie de virtualidade pouco determinada, onde passado, presente e possível não se separam (Lefebvre, 1991:105).

Esta contradição e dinâmica estruturam o espaço e o tempo da grande cidade visibilizando-se com nitidez na sua composição social e cultural. A dialética morte-vida atinge as esferas da vida em geral quan-

do se fala em transformação da natureza, morte da natureza — aspecto ecológico —, mudança da vida humana na formação dos sítios sociais das áreas segregadas e decadentes — aspecto social —, e alteração na produção de significados em que padrões e valores velhos e novos se entrecruzam — aspecto antropológico. A metrópole configura uma vida marcada em sua dinâmica simultaneamente pela transição permanente, pela efemeridade e pela busca de padrões fixos e seguros. A apropriação do espaço compõe a base de uma pluralidade em gênese e curso constantes.

A modernização havia, de fato, prometido novos e bons tempos com seus mecanismos de racionalização do tempo e do espaço, cujo paradigma visível se configura na metrópole. A razão decodificadora e transformadora da natureza nos conduziria a um tempo e um espaço de bem-estar e, não resta dúvida, de que as populações dirigiram-se cada vez mais em massa para os aglomerados, primeiro as cidades comerciais, depois as industriais e hoje as pós-industriais. Esta passagem do rural para o urbano não foi sob nenhum aspecto linear e homogênea, no sentido de implantar uma nova era para o conjunto da sociedade, uma espécie de civilização urbana no singular. Por outro lado, a idéia presente de uma ocupação ocasional ou funcional do espaço cria uma concepção de metrópole que oculta os interesses e conflitos que integram sua gênese e funcionamento. A configuração metropolitana é resultado de uma apropriação contraditória do espaço que se torna mercadoria e seus processos de construção da cultura se dão igualmente numa dinâmica marcada pela assimetria de significados e valores, num jogo de forças que se expressam na pluralidade e na mistura. Os dois itens que seguem buscam expor esta lógica contraditória que fundamenta a produção e a significação da vida metropolitana. Eles têm como referência empírica a metrópole brasileira, embora possam expressar as causas e resultados das metrópoles em geral que em tempos de globalização se assemelham cada vez mais em sua base econômica e expressão cultural.

A metrópole, espaço de segregação e exclusão

A fuga em massa do campo, em busca de trabalho, juntamente com a exploração da força de trabalho, as políticas públicas, a especulação do solo, cada vez mais disputado e sua ocupação conflitiva ocasi-

onaram os grandes aglomerados, fizeram as metrópoles, as megalópoles, as necrópoles (L. Mumford, 1969:301-309). O processo que desencadeia a metrópole, no entanto, não começa com uma fuga voluntária do campo, como meros deslocamentos e reacomodações demográficas. Trata-se de um processo mercadológico, em que há oferta e procura, fundamentalmente, de oferta de trabalho e mão-de-obra. Na urbanização brasileira, vale ressaltar outras variáveis fundamentais, agravantes do processo: a urbanização tardia, relacionada à condição de colônia e de país de periferia, ausência histórica de políticas agrárias que deixa a vida do campesinato cada vez mais vulnerável ao domínio do latifúndio e às próprias intempéries da natureza e a própria ausência de uma política de industrialização. Neste sentido, a metrópole brasileira já nasceu necrópole. É uma ocupação contraditória do espaço que traz, desde as suas origens, a marca da segregação, da exclusão. É o lugar da morte e da vida, dadas nos diversos segmentos da existência social. A formação da metrópole é a história da luta pelo espaço, onde há ganhadores e perdedores.

Na metrópole, o espaço e, por conseguinte, o que sobre ele se assenta ou sobre ele atua é mercadoria. David Harvey analisa a lógica constitutiva do espaço urbano pelo duplo aspecto da mercadoria, apontado por Marx: *valor de uso* e *valor de troca*. Busca explicar a mercadoria-cidade, recuperando a dialética destes dois aspectos, uma vez que as elaborações mais comuns *se concentram, tipicamente, quer nas características do valor de uso (através do estudo do sistema de sustentação da vida) ou nas características do valor de troca (o sistema de mercado de troca), mas há pouca ou nenhuma informação sobre como as duas podem ser relacionadas entre si* (Harvey, 1980:137). Cada agente, implicado a composição das classes sociais urbanas como um todo, tem uma relação própria com o uso e com a troca. O usuário, por exemplo, quer obter valor de uso, através do valor de troca, enquanto o proprietário investe, basicamente, no valor de troca, a fim de aumentar seu lucro. Já os incorporadores visam a criar valor de uso para obter valor de troca. O fundamental da análise parece ser a conclusão de que *o que é valor de uso para um é valor de troca para outro* (Harvey, 1980:142). A composição da metrópole se dá nesta dinâmica, economicamente lógica e, socialmente, contraditória. O rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele e corre atrás das sobras, usa o que não tem valor de troca até que o tenha, vivendo ao sabor da especulação é

obrigado a se deslocar e realocar dentro do espaço urbano que se expande.

A distribuição demográfica no espaço urbano não é, pois, uma acomodação natural, seguindo a lei da seleção, não é força do acaso ou da involuntariedade dos sujeitos e grupos e, nem mesmo, garantido pela herança de um pedaço de solo ou estimulado, fundamentalmente, por afinidades étnicas. É, sim, resultado da especulação do solo, pela dinâmica do mercado imobiliário que vai distribuindo, compondo as áreas por classes, segregando os grupos.

A segregação faz parte da composição interna da metrópole. O mercado imobiliário compõe o que Milton Santos chama de *sítios sociais*. O valor de mercado seleciona e congrega parcelas sociais pelo seu poder aquisitivo em áreas determinadas da grande cidade. A segregação, portanto, é luta de classes que tem vitoriosos e vencidos. Trata-se de uma distribuição dialética em que a segregação de um grupo, numa área, implica, necessariamente, a segregação de outro em outra área. De fato, na dinâmica do mercado imobiliário, que rege a localização das pessoas, *a segregação é um processo necessário à dominação social, política e econômica por meio do espaço* (Villaça, 1998:150). A formação dos sítios sociais tem uma dinâmica variada, seja na formação das grandes regiões segregadas, as periferias pobres, os cinturões de favelas como nas regiões nobres, seja numa evolução que se dá a partir da especulação imobiliária onde as classes ricas vão se realocando em regiões supervalorizadas. As classes pobres, por sua vez, involuntariamente, ajustam-se a esses deslocamentos, ocupando os terrenos baldios, indo para as regiões mais periféricas e, até mesmo, reocupando regiões do centro. Vale observar, pois, que a segregação metropolitana transcende, de certa forma, definições geográficas nítidas, não deixando de haver uma mistura de classes antagônicas em um mesmo espaço. Essa mistura vai provocar outros mecanismos segregadores que visam a proteger as classes ricas. *A obsessão de construir muros e cercas fechando os bairros dos mais ricos ocorre não somente num momento de incerteza econômica e de medo da criminalidade, mas também quando os mais ricos começam a ficar mais próximos dos pobres e miseráveis excluídos, ou seja quando os ricos começam a ir para a periferia* (Villaça, 1998:152). Poderíamos acrescentar, ainda, quando os pobres ocupam os espaços do centro ou regiões de classe alta: os moradores de rua, as prostitutas, os camelôs. A cidade vai se fortificando com muros, seguranças, alarmes, interfones. Ideologias e indústrias da

segurança entram em ação. A distância social é cada vez mais reforçada. Quanto mais próximo, mais perigoso. Quanto mais próximo, mais distante. Há que se dizer, ainda, das políticas de reabilitação das regiões decadentes do centro, como a “cracolândia”, em São Paulo. Reabilitar, na verdade, significa revalorizar (especular) as regiões desvalorizadas. Prevalece a metrópole de alguns e a metrópole dos outros.

O mesmo espaço, especulado, vendido e comprado, construído e cortado pelos mecanismos corporativistas e segregadores, constrói a metrópole. Ela é o elo de cooperação e regulação dos serviços das grandes empresas e do Estado e está, obviamente, equipada para tal. Esta é sua tarefa central e em torno dela convergem regularmente todas as metas e políticas. O desenho e o redesenho urbano se dão em função desta cidade econômica e oligopólica, em detrimento da cidade social. Há uma assimetria, cada vez mais crescente, entre o orçamento urbano e as necessidades básicas de seus habitantes. O que se desenha é um quadro caótico, marcado pela dispersão de ocupação espacial, onde o tempo e o espaço são redimensionados, contraditoriamente. *As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa, há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes* (Santos, 1998:96). As periferias, super distantes, tornam-se “zonas de dormitórios” que distanciam as regiões de trabalho e de residência. O tempo para o percurso se agrava com a debilidade do transporte urbano e os grandes congestionamentos. Os serviços básicos de infra-estrutura, moradia, saúde e educação revelam carências de proporções tais que parecem rotinizar a espoliação e a exclusão social¹, o que em outras épocas e lugares causariam indignação.

As contradições urbanas se agravam em quantidade e em qualidade em nosso dias de globalização do capital. Ianni (1994:29) fala em subclasse; *categoria de indivíduos, famílias, membros das mais diversas etnias e migrantes, que se encontram na condição de desempregados mais ou menos permanentes*. A subclasse está fora da estratificação resultante da exploração da mão-de-obra, no modelo industrial. Trata-se de uma classe prescindente e excluída da lógica produtiva do modelo industrial. É, sobretudo, nas metrópoles e megalópoles e nas chamadas cidades globais, que se localiza a subclasse que apresenta características tais

1. Sobre a espoliação urbana cf. L. Kowarick, *O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana*, in VV. AA (1985), pp. 30-48.

como *minorias raciais, desemprego, falta de especialização e treinamento profissional, longa dependência do assistencialismo, lares chefiados por mulheres, falta de uma ética do trabalho, droga, alcoolismo* (Ibid). A estas tipificações devemos acrescentar a subclasse (?), ou, os desclassificados do mundo da rua das grandes metrópoles como São Paulo: moradores de rua, trabalho informal (camelôs, guardadores de carro, catadores de papelão etc.), prostituição, menores de rua (Veras, 1995:10-19).

A convivência social harmoniosa no espaço e tempo da metrópole é um ideal que vem ao encontro de sua lógica de fundo. Parece, de fato, ser menos natural que a violência que aí se expande e adquire mecanismos cada vez mais sofisticados. Neste sentido, as políticas sociais das metrópole estarão sempre reformando os efeitos de uma contradição radical que perpetua sem solução real e efetiva.

Os modos de produzir a vida, neste mesmo espaço e tempo, estão dialeticamente relacionados com os modos de convivência e de significação da mesma. O espaço valorizado e segregado é também significado pelas classes que o compõem numa dinâmica intensa de significados e valores que se opõem, que se relacionam e se fundem criando as culturas urbanas.

A construção contraditória da cultura

As cidades, e de modo particular a metrópole, parecem ser, de fato, o lugar da expiração dos velhos padrões e de renascimento do novo na busca de negociação e consenso que possibilitem a sobrevivência. O encontro e confronto das diferenças sociais e culturais afirmam simultaneamente a preservação do antigo, a instauração do novo e a negociação de ambos dentro do mesmo espaço segregado e socialmente assimétrico. Neste quadro, a recuperação das raízes e desenraizamento convivem juntos e provocam dinâmicas culturais originais marcadas por ofertas de passado e de presente, bem como de significados e valores endógenos e exógenos.

Há de se considerar, no entanto, que a volta literal às condições de vida do campo não é mais possível dentro de uma configuração socio-cultural marcada pela amplitude e pluralidade como a da grande cidade, a não ser uma volta através das representações e do sonho idílico de uma integração harmônica com a natureza; sonho alimentado, hoje, por certas propostas ecológicas e naturalistas e, desde o passado, pelo ideal

romântico do bom selvagem. Talvez, para Lefebvre, este sonho seria de um tempo e de uma cultura que estão ainda deslizando entre nossos dedos, uma vez que a cidade, ainda, está começando. No final da década de sessenta, dizia que *a vida urbana, ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e valores, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e natural* (Lefebvre, 1991:107).

Esta visão, sustentada numa certa linearidade, caracteristicamente moderna, compreende o processo de metropolização como superação das práticas culturais rurais. O desalinhamento, no entanto, é visível. A metrópole se impôs hegemonicamente com suas regras de produção e de consumo, difundindo sempre mais uma cultura de consumo mas, ao mesmo tempo, agregando em seu seio e processo velhos valores e padrões de matriz rural. A metrópole, contrariando uma certa expectativa moderna, consolidou-se sem que se implantasse um tipo de cultura totalmente nova em relação a anterior. Trata-se, ao que parece, de um tipo de cultura não da ruptura, mas da integração das diferenças, de manutenção de paralelismos e oposições de significados.

Hoje a cidade atinge seu auge enquanto espaço de aglomeração humana, de dissolução de seus produtos materiais e tecnológicos e de generalização de seu *ethos*. Ela não só já começou e se tornou hegemônica como atingiu um ponto crítico, com a chamada metropolização e desmetropolização.

No Brasil, passamos com velocidade alucinante de uma fase rural, com predomínio do campo sobre as pequenas cidades, para uma fase urbana, com cidades regionais e atingimos a fase da metrópole, caracterizada pelo aumento das cidades com mais de 1 milhão de habitantes. Santos (1998:78) explica que o fenômeno:

(...) macrourbanização e metropolização ganhou, nas duas últimas décadas, importância fundamental: concentração da população e da pobreza, contemporânea da rarefação rural e da dispersão geográfica das classes médias; concentração das atividades relacionais modernas, contemporânea da dispersão geográfica da produção física; localização privilegiada da crise de ajustamento às mudanças na divisão internacional do trabalho e às suas repercussões internas, o que inclui a crise fiscal.

Já se pode falar, também, num processo de desmetropolização que significa a *repartição com outros grandes núcleos de novos contingentes da população urbana* (Ibid). Trata-se de um fenômeno bastante visível, em países do primeiro mundo, mas cujos números revelam uma tendência nas metrópoles brasileiras.² De qualquer forma, encontramos-nos numa fase definitivamente metropolitana da história da humanidade ocidental.

Quanto à sobrevivência insistente de uma matriz cultural agrária, há de se distinguir o significado real desta expressão e sua incidência empírica, na cultura metropolitana super-moderna e complexa de nossos dias. A metrópole parece não ter instaurado uma cultura moderna homogênea que tenha superado linearmente aquela outra agrária. Não há uma evolução simétrica entre a cidade econômica e a cidade cultural. K. Marx via, na cidade, o novo laboratório da produção, como fora a terra nas sociedades agrárias. A terra deixa, agora, de ser o suporte material da sociedade e cede lugar à cidade, como uma espécie de natureza segunda, natureza social. Se, antes, a natureza era simultaneamente pródiga e hostil para o homem, a cidade o trata, agora, como um estranho. A relação com espaço está, portanto, modificada, enquanto produção. É nesta esfera que uma nova etapa se instaura, visivelmente, na história do desenvolvimento econômico ou do modo de produção capitalista. A produção reconfigura o espaço, factualmente, dando-lhe um desenho típico e uma estruturação social. A vida urbana parece denunciar uma cisão entre produção econômica e produção cultural.³ Muda-se a base material, o receptáculo e a mediação da produção. No entanto, o homem urbano, estranho em seu espaço, não parece ser novo, nem no seu comportamento e nem nas suas representações. E, muito menos, a cidade trouxe um novo humanismo que tenha sepultado aquele velho, carregado de encantamentos.

Na metrópole brasileira, se o velho mundo agrário chegou de fato a morrer, hoje, mais do que nunca, podemos visualizar seu “renascimento”, ou se quisermos, sua sobrevivência. Uma “revanche do cam-

2. A evolução dos dados parecem confirmar o fenômeno. Por um lado, há um crescimento dos centros médios e dos grandes centros médios. Cresce, por exemplo, o número dos municípios com mais de 200.000 e 500.000 habitantes, de 33, na década de 80, para 85 na década de 90. Por outro, verifica-se uma redução da concentração urbana nas nove maiores regiões metropolitanas do Brasil, entre 1980 e 1991; trata-se de uma redução de 28,99% para 28,88% (Santos, 1998:81-87).

3. Alain Touraine vê essa cisão entre economia e cultura como *causa* da crise da modernidade em nossos dias (Touraine, 1999:19-21).

po” com sua dinâmica e cosmovisão em plena crise das promessas da grande cidade com suas instituições? A busca de qualidade de vida, o turismo ecológico, os fundamentalismos e processos de “reencantamentos” se inscrevem, a nosso ver, dentro de parâmetros culturais de uma sociedade agrária, de uma sobrevivência de arquétipos e modos de vida campestre e veiculam dinâmicas de produção simbólicas do passado. Se de fato há essa revanche, ela tem sujeitos sociais que a promovem, cada um segundo sua possibilidade de solução real ou simbólica de responder e significar os desafios da vida dentro do espaço da metrópole.

No processo de desmetropolização, há os que podem voltar à vida do campo, à relação direta com a natureza, transcendendo os limites “necropolitanos” da megalópole sem abandonar seus serviços e deixar de ser culturalmente um metropolitano. Esses são os que vivem o campo, em *habitat* dietético, procurando usufruir de suas benesses naturais, embora “plugados” à metrópole pelas tecnologias de ponta, que já possibilitam educação, informação e, até, trabalho à distância. Outros regressam, literalmente, ao campo após aposentadoria ou intercalam o ritmo citadino, com visitas catárticas às reservas ecológicas. E outros, presos aos limites mais perversos da metrópole, “plugam-se”, simbolicamente, ao passado, perpetuando e reciclando seus símbolos e recriando as condições de vida comunitária de relações diretas e imediatas. Reconstróem os *nomoi*⁴ para a urbanização caótica. Aqui, nestes últimos, é que localizamos, por exemplo, as religiões do povo, enquanto organizam o caos metropolitano em suas representações e práticas éticas e rituais. Há de se acrescentar, ainda, a participação da cultura de massa com seus mecanismos de assimilação das expressões rústicas populares: as músicas sertanejas, as novelas regionais, as festas populares. Diga-se, de passagem, são produtos de venda absolutamente garantida no mercado da informação. Sem dúvida, é preciso observar, a cultura urbana é industrializada. O processo de mercantilização, a nosso ver, é o que unifica e dá a novidade nas dinâmicas de produção cultural. Essa sincronia do mercado fornece uma horizontalidade para a compreensão dos significados, produzidos na era da metrópole. Nela está fincada toda busca

4. Peter Berger utiliza o termo *nomos* (*nomoi*) para designar a religião na sua função legitimadora do mundo; o sagrado é *nomos*, seu antagonismo é o *caos*, Cf. *O dossel sagrado — elementos para uma teoria sociológica da religião*, p. 42-64.

de compreensão diacrônica da cultura com suas crostas do passado. É uma espécie de engenho que reprocessa a memória, os arquétipos, as tradições e os valores do povo. Nesse cruzamento do sincrônico com o diacrônico encontram-se, confusa e dinamicamente, a cultura de massa com a cultura popular, a produção simbólica e a produção real, assim como ocultam-revelam os interesses dos diversos agentes culturais.

Os elementos arcaicos do passado e os elementos da atualidade compõem a vida e a cultura metropolitana impedindo qualquer homogeneidade de significados, valores e práticas. Todo olhar que queira captar esta dinâmica cultural terá que fazê-lo no esforço de captar sempre mais o conjunto complexo e contraditório configurado pela assimetria persistente das camadas e segmentos sociais. Os processos de introjeção, assimilação e negociação dos significados entrecruzam-se numa dialética múltipla que inclui paralelismo, oposição e interação, para usar as categorias sugeridas pelo sociólogo G. Gurvitch (Gurvitch, 1987:182-211). Esta dialética explica as definições de popular e erudito, de massivo e tradicional, de arcaico e emergente. Em cada um destes tipos há de buscar os elementos do outro e suas relações.

Uma primeira novidade instaurada hegemonicamente pela metrópole em termos de cultura vem da liberdade de produção e agregação de elementos distintos no tempo e no espaço e não do próprio conteúdo dos significados. Neste sentido, devemos falar propriamente de culturas metropolitanas ou, no mínimo, de uma cultura em construção permanente e não de uma cultura consolidada o que significa afirmar que se trata da consolidação de um processo de construção cultural e não propriamente de um conjunto estável de significados. Mas há também a novidade da mercantilização dos significados culturais. Já se falou em indústria cultural e hoje se fala em cultura de consumo que dá vida e sobrevida a todo significado cultural com potencial de mercadoria e que transforma em significado cultural as próprias mercadorias. Neste processo convivem elementos arcaicos e emergentes da cultura, sempre revestidos da novidade da mercadoria, da mesma forma que se tornam velhos pela rapidez do processo de consumo.

A cultura de consumo não se instaura verticalmente na metrópole, embora determinantemente. Núcleos arcaicos convivem paralelamente ou à margem do mecanismo de mercado, afirmando-se sempre mais em suas identidades, ora opondo-se, ora interagindo e negociando com a

cultura de massa mercadológica. Pensemos nas práticas alternativas de medicina natural, nas práticas esotéricas, nos cultos afros e nas expressões pentecostais que afirmam posturas mágicas e fundamentalistas não necessariamente assimiladas pelo mercado. Trata-se da criação e preservação de territórios sociais e antropológicos locais dentro do grande território metropolitano com suas regras gerais. Estas criações chegam a demarcações rígidas e opostas à cultura emergente em alguns grupos religiosos que insistem no aspecto misterioso, as gangues com seus territórios e signos herméticos, os góticos e mesmo os persistentes *hippies*. Há de lembrar ainda dos significados reproduzidos nas esferas do cotidiano e das tradições familiares desde concepções morais tradicionais, dos aspectos lingüísticos até as tradições culinárias mais simples. Estas esferas da vida metropolitana produzem e reproduzem significados de outras épocas e lugares que vão resistindo, sobrevivendo paralelamente ou mesmo se expondo à assimilação do mercado de maneira a criar o novo. A diversidade social introduz a assimetria do processo de forma podermos perceber um tipo de “cultura dos pobres” que sobrevive aquém e além do consumo em seus territórios particulares. Mas ocorrem também paralelismos culturais entre esferas distintas de produção e significação: artistas integrados na cultura de consumo podem guardar as tradições arcaicas do catolicismo popular, acadêmicos que participam de um terreiro afro, evangélicos fundamentalistas que militam na política de esquerda. No entanto, estes núcleos arcaicos muitas vezes integram de maneira dinâmica com a cultura emergente da metrópole, aderindo e fazendo aderir aí seus significados e valores. É quando os velhos significados entram no mercado de consumo e reproduzem sua lógica tornando-se um fenômeno de massa. Certas tendências pentecostais, são casos típicos quando integram valores e posturas religiosas enraizadas em épocas passadas com as regras e processos do mercado e com meios tecnológicos supermodernos. O mesmo podemos dizer do gênero artístico brega que funde concepções estéticas populares com os padrões da cultura de consumo.

As temporalidades e os significados distintos vão compondo híbrida e contraditoriamente o grande quadro das culturas metropolitanas. O processo de hibridação (Cf. Canclini, 1998) traz em seu curso a contradição, afirmando simultaneamente o local e o global, o próximo e o distante, a casa e a rua, o passado e o presente. A pluralidade de sentido que aí se vai produzindo, circulando e expandindo-se parece

apontar para uma tendência geral da cultura contemporânea na medida em que o *modus vivendi* metropolitano se dilata, sobretudo pelos meios, para além dos territórios geográficos fixos.

Considerações finais

A metrópole é este espaço produzido corporativamente (Santos, 1990). Espaço de alguns e para alguns. A racionalização do espaço e tempo instaura uma tensão permanente enquanto porta em sua raiz e mecanismos, de fato, espacialidades e temporalidades distintas e assimétricas. A metrópole fragmenta o espaço, a paisagem, o conjunto social e a cultura. A luta dos sujeitos para sobreviver e conviver nos fragmentos é marcada por oposições, negociações e ajustes à regra geral do jogo. Trata-se de um espaço produzido, porém também produtor. Produtor de materialidades e de sentido. Num mesmo espaço as subsistências são construídas diversa e contraditoriamente. A igualdade e a diferença coexistem dialeticamente nos níveis econômico, político e cultural, criando campos de afirmação de identidades renitentes, de trocas e sobreposições comuns. Há um mercado cultural que nivela, massifica e iguala. Há uma diversidade anônima que emerge, oferecendo soluções de sentido para a totalidade caótica. Esta é a lógica cultural do chamado capitalismo tardio. O cenário e o resultado é metrópole do caleidoscópio cultural, da massificação e da bricolage, dos fundamentalismos e das novidades incessantes, das imposições e das liberdades, da secularização e do reencantamento. É a morte e vida dos sentidos que vão sendo elaborados, cuja matéria prima pode ser o novo e o velho, o popular e o erudito, a cultura de massa e as tradições.

Bibliografia

- BERGER, P. (1985). *O dossel sagrado*. São Paulo: Paulus.
- CANCLINI, N. (1998). *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp.
- GURVITCH, G. (1987). *Dialética e sociologia*. São Paulo: Vértice.
- HARVEY, D. (1980). *A justiça social na cidade*. São Paulo: Hucitec.
- IANNI, O. (1994). "A cidade global". In *Revista de Cultura Vozes*, n. 2, Petrópolis: Vozes.
- LEFEBVRE, H. (1991). *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes.
- MUNFORD, L. (1969). *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia.

- SANTOS, M. (1990). *Metrópole corporativa e fragmentada, o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel.
- _____. (1998). *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999). *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Hucitec.
- TOURAINÉ, A. (1999). *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes.
- VV.AA. (1985). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VERAS, M. P. B. (1995). “A nova (c)idade do gelo; notas perplexas sobre os novos nômades urbanos”. In *São Paulo em perspectiva 9/2*. São Paulo: Fundação SEADE.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel.